

NATURALISMO, TAREFA E STATUS DA FILOSOFIA E OS PROJETOS FILOSÓFICOS DE QUINE

NATURALISM, TASK AND STATUS OF PHILOSOPHY AND QUINE'S PHILOSOPHICAL PROJECTS

*Karen Giovana Videla da Cunha Naidon**

Recebido: 10/2016

Aprovado: 05/2017

Resumo: O objetivo deste trabalho é proceder a uma reconstrução da maneira como W. V. O. Quine concebe a tarefa e o status da filosofia e de como tais visões se refletem nos projetos filosóficos aos quais ele próprio se dedica. Para realizar dita reconstrução, dividir-se-á o trabalho em duas partes principais. Na primeira delas, será apresentada a postura metodológica naturalista adotada por Quine, a qual constitui o cerne de suas visões sobre a tarefa e o status da filosofia, as quais serão também apresentadas nesse contexto. Na segunda parte do trabalho, então, serão apresentados os problemas filosóficos aos quais Quine se dedica, os quais refletem as visões do autor sobre a tarefa e o status da própria filosofia como um todo.

Palavras-chave: Quine. Naturalismo. Tarefa da filosofia. Status da filosofia.

Abstract: This paper aims to undertake a reconstruction of the way W. V. O. Quine conceives the task and the status of philosophy and how these views are reflected in the philosophical projects to which he himself dedicated. In order to carry out this reconstruction this paper will be divided into two main parts. In the first, it will be presented the naturalistic methodological approach adopted by Quine, which is at the heart of their views on the task and the status of philosophy, which will also be presented in this context. In the second part, then will be presented the philosophical problems to which Quine is dedicated, which reflect the author's views on the task and the status of philosophy itself as a whole.

Keywords: Quine. Naturalism. Task of philosophy. Status of philosophy.

Introdução

O objetivo deste trabalho é proceder a uma reconstrução da maneira como W. V. O. Quine concebe a tarefa e o *status* da filosofia e de como tais visões se refletem nos projetos filosóficos aos quais ele próprio se dedica. Há se esclarecer, no entanto, que a reconstrução que aqui será empreendida filia-se à interpretação de Peter Hylton (2007) acerca da filosofia quineana, havendo, portanto, divergências entre os intérpretes de Quine sobre a forma mais adequada de entender suas visões e projetos filosóficos. Apesar disso, não se pretende adentrar aqui em tais celeumas interpretativas; o que se objetiva, no presente momento, é tão somente expor uma dentre as diferentes interpretações disponíveis, a qual se considera bastante plausível e capaz de apresentar as visões de Quine de modo compreensivo e integrado, uma interpretação que tem sido um pouco negligenciada entre os estudantes do pensamento desse autor.

Para realizar dita reconstrução, dividir-se-á o trabalho em duas partes principais. Na primeira delas, será apresentada a postura metodológica naturalista adotada por Quine, a qual constitui o cerne de suas visões sobre a

* Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: karengvidela@yahoo.com.br

Problemata: R. Intern. Fil. V. 8. n. 2 (2017), p. 169-183 ISSN 2236-8612

doi:<http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v8i2.31150>

tarefa e o *status* da filosofia, as quais serão também apresentadas nesse contexto. Na segunda parte do trabalho, então, serão apresentados os problemas filosóficos aos quais Quine se dedica, os quais refletem as visões do autor sobre a tarefa e o *status* da própria filosofia como um todo.

Naturalismo quineano: a tarefa e o status da filosofia

A filosofia de Quine está centrada, pode-se dizer, em duas preocupações básicas: uma delas, de cunho epistemológico, é com o conhecimento humano sobre o mundo; a outra preocupação, de cunho metafísico, é com as características mais gerais desse mundo do qual os seres humanos fazem parte e sobre o qual tentam obter conhecimento. Tais preocupações acabam por resultar em dois projetos, um epistemológico e um metafísico, os quais constituiriam, de acordo com Peter Hylton (2007, p. 4), aspectos de um único projeto mais geral: “articular e defender uma visão naturalista completa do mundo.”¹

A partir dessas colocações introdutórias, pode-se detectar a menção a um elemento de fundamental importância na filosofia de Quine, a saber, seu naturalismo. Para compreender adequadamente as preocupações do autor, então, faz-se necessário entender o que seria exatamente essa sua postura naturalista. Para entender esta última, por sua vez, convém ter em mente a quais visões ele estava se opondo ao optar por ela e é para tanto que será realizado um breve incursão nos projetos da epistemologia tradicional, sobretudo nos do empirismo lógico do Círculo de Viena, em que está inserido Rudolf Carnap, cujas concepções influenciaram grandemente as de Quine e acabaram também sendo alvo de muitas das críticas deste autor.

Na descrição de Quine (1975, p. 165), a tarefa à qual a epistemologia se dedicou tradicionalmente é a de fundamentação das ciências. Como exemplos de programas de fundamentação, podem ser citados o programa logicista, que visava fundamentar a matemática, ou parte dela, com base na lógica² – que tem em Frege um de seus expoentes –, bem como o programa de fundamentação do conhecimento natural com base na experiência sensível – ao qual se dedicaram, conforme Quine, autores como Hume, Russell e Carnap.

Os programas de fundamentação das ciências assumiram, em cada caso, duas espécies de estudos: os conceituais e os doutrinários. Os estudos conceituais tratavam do significado dos conceitos de um ramo do conhecimento, tentando esclarecê-los por meio da definição deles em termos de outros conceitos considerados mais claros – em última análise, segundo Quine, em termos de idéias claras e distintas. Já os estudos doutrinários, por sua vez, diziam respeito à

verdade das frases ou leis de um ramo do conhecimento, objetivando justificá-las através da sua derivação a partir de frases ou leis mais certas – em última instância, a partir de frases cuja verdade é auto-evidente. (QUINE, 1975, p. 163)

O intuito dos programas de fundamentação das ciências era, pode-se dizer, torná-las mais seguras, ou seja, tentar fornecer garantia de que o alegado conhecimento por elas fornecido é de fato conhecimento e que não há como se estar enganado quando se crê em suas leis. Para tanto, então, é que seria necessária a clareza dos conceitos envolvidos na formulação dessas leis, como também que elas fossem justificadas com base em leis auto-evidentes, adquirindo, assim, a certeza que estas possuem. O atingimento de referidas metas, precisamente, foi o que se pretendeu alcançar através dos estudos conceituais e doutrinários que compuseram os programas de fundamentação.

De acordo com Quine, contudo, apesar dos esforços dedicados, tais programas de fundamentação, tanto no âmbito da matemática quanto no do conhecimento natural, teriam fracassado. No que atine à fundamentação da matemática, Quine observa que o que se procedeu, no âmbito do programa logicista, não foi propriamente uma redução da matemática à lógica, uma vez que se fez necessário o recurso à teoria dos conjuntos. Um problema daí decorrente é que a teoria dos conjuntos não é considerada certa e evidente como o é a Lógica e, por conseguinte, não possui serventia para fundamentar a matemática. Como Quine (1975, p. 163) afirma sobre as verdades finais, isto é, os axiomas da teoria dos conjuntos, “a certeza e a obviedade que falam em seu favor são inferiores aos da maioria dos teoremas matemáticos que delas derivaríamos.” Além disso, a definição dos conceitos matemáticos em termos de conceitos da teoria dos conjuntos não resulta em conceitos mais claros, como pretendiam obter os logicistas. Outro fator determinante para considerar-se fracassado este programa consiste no advento do teorema de Goedel, que prova a inviabilidade da construção de um sistema axiomático consistente para a matemática, o que mina, ao que parece, a possibilidade de construí-la como um ramo da lógica. (QUINE, 1975, p. 163)

No que diz respeito à fundamentação do conhecimento natural, tanto a meta dos estudos conceituais de definir os conceitos das ciências naturais em termos observacionais, quanto a meta dos estudos doutrinários de justificar o conhecimento natural com base na experiência sensível mostraram-se inatingíveis.

Das duas metas, a primeira a ser reconhecida como inatingível foi a meta dos estudos doutrinários. Isso porque, para justificar o conhecimento natural com base na experiência sensível, seria necessário que fosse possível derivar todas as frases que o compõem a partir de frases sobre a experiência sensível. Entretanto, como afirma Quine, os epistemólogos, pelo menos desde Hume,

tiveram de reconhecer a inviabilidade de tal tarefa, em razão do assim chamado “problema da indução”. Este problema consiste na impossibilidade de derivar uma frase geral a partir de todas as frases singulares que ela implica. Dita impossibilidade decorre do fato de ser impossível verificar todas as frases singulares possíveis, de cuja verdade depende a verdade da frase geral que se está tentando provar. Dessa maneira, uma frase geral como “Todos os corvos são pretos.”, por exemplo, não pode ser derivada a partir de todas as frases singulares do tipo “Este corvo é preto.”, pois não há como verificar todas as frases possíveis deste último tipo.³

Com relação à meta dos estudos conceituais, Quine reconhece terem havido, em seu bojo, consideráveis avanços, sobretudo em virtude da utilização de recursos como a definição contextual⁴ e conceitos da teoria dos conjuntos⁵, que foram empregados por autores como Russell e Carnap. Contudo, a meta dos estudos conceituais de definir os conceitos das ciências naturais em termos observacionais não foi atingida.

A fim de mostrar como se deu o fracasso em atingir essa meta, Quine toma em consideração os desenvolvimentos realizados por Carnap em seu “Der Logische Aufbau der Welt”, o qual, para ele, teria sido quem mais se aproximou de sua consecução. O projeto carnapiano, pode-se dizer, era o de reconstrução racional do conhecimento físico. Nesse sentido, ele propôs que o discurso fisicalista, a respeito de coisas físicas, fosse construído em termos que se referissem à experiência sensível, com o auxílio da lógica e da teoria dos conjuntos. Cada conceito físico seria construído por meio de sua definição contextual nesses termos, ou seja, por meio da tradução das frases completas em que podem ocorrer em frases equivalentes em que são empregados termos observacionais, lógica e teoria dos conjuntos. Com tal definição, far-se-ia uma redução por tradução dos conceitos físicos a conceitos observacionais, lógica e teoria dos conjuntos e, com essa redução, proceder-se-ia sua eliminação, “mostrando que eles são teoricamente dispensáveis” (QUINE, 1975, p. 167).

Conforme Quine, porém, embora Carnap tenha esboçado esse projeto no *Aufbau*, ele sequer obteve êxito em mostrar como proceder referida redução tradutiva. Em obras posteriores – como “Testability and Meaning” –, inclusive, Carnap parece reconhecer a impossibilidade de realizar a mesma, uma vez que abandona a redução tradutiva em prol de formas redutivas mais fracas, as quais, ao contrário daquela, não eliminam o termo que está sendo explicado. Sendo assim, Quine conclui, nem mesmo Carnap, aquele que mais avançou no lado conceitual do projeto de fundamentação do conhecimento natural, conseguiu cumprir a meta dos estudos conceituais, tendo em vista que não conseguiu mostrar como realizar a redução tradutiva. (QUINE, 1975, p. 167)

Há que se acrescentar, porém, que, na visão de Quine, não apenas não

se conseguiu mostrar, a exemplo de Carnap, como a tradução de frases sobre coisas físicas em frases sobre termos observacionais pode ser realizada; para aquele autor, trata-se, mais precisamente, de uma tarefa inviável. E ele possui uma razão bem específica para pensar desse modo: a razão reside em sua adoção de uma postura holista com respeito à confirmação, segundo a qual não seria possível em geral destacar, para uma frase isolada, um conjunto de experiências possíveis que a confirmariam e a infirmariam.⁶ Segundo Quine, essa impossibilidade, aliada à adoção de uma teoria verificacional do significado, como a sustentada por Carnap e outros empiristas do Círculo de Viena, conforme a qual o significado de uma frase consistiria em seus métodos de verificação, acabaria por impedir a tradução de cada frase sobre coisas físicas em frases sobre termos observacionais. Desse modo, dita tradução seria, para Quine, inviável em princípio e não apenas uma tarefa que não se conseguiu realizar. Em sendo inviável cumprir essa tarefa de tradução, Quine parece concluir que a própria meta dos estudos conceituais vem a ser algo inatingível. (QUINE, 1975, p. 168)

Frente ao fracasso dos projetos de fundamentação aos quais se dedicou a epistemologia tradicional, Quine surge, então, com uma visão alternativa a respeito da tarefa e do próprio lugar da epistemologia e da filosofia de um modo geral. Isso porque os projetos de fundamentação das ciências estavam baseados na visão de que a filosofia e, assim, a epistemologia, seriam anteriores às ciências, tendo, portanto, uma posição privilegiada que lhes permitiria cumprir seu intento. É precisamente essa anterioridade ou posição privilegiada da filosofia que Quine pretende negar ao assumir uma postura naturalista.

Segundo o autor, o naturalismo seria “o reconhecimento de que é de dentro da ciência, e não em alguma filosofia anterior, que a realidade deve ser identificada e descrita.” (QUINE, 1981, p. 21) Para ele, a filosofia estaria no mesmo patamar das ciências, uma vez que seria impossível o que ele chama de “exílio cósmico”, isto é, uma suposta posição em que o investigador atua externamente a esquemas conceituais, sem os assumir como ponto de partida de seus estudos. Referido exílio, ao que parece, é o que é pressuposto por aqueles que sustentam a anterioridade da filosofia. Conforme Quine (1960, pp. 275-276), entretanto, jamais poderia alguém estar em dita posição, pois sempre se parte de algum esquema conceitual, de algum alegado conhecimento que é prévio à investigação, inclusive quando se trata de uma investigação filosófica.

Nesse sentido, então, a adoção do naturalismo por parte de Quine traz consigo a permissão para que o filósofo apele para os conhecimentos e descobertas das ciências naturais, tanto na formulação quanto na tentativa de resolução dos problemas aos quais se dedicará. A explicação de Quine para essa permissão parece ser a seguinte: se o exílio cósmico é impossível e não há

como não usar conhecimento prévio algum, então o mais adequado é recorrer aos conhecimentos estabelecidos por aquilo que, segundo ele, seria “a mais bem sucedida tentativa de conhecimento” (HYLTON, 2007, p. 8, *tradução nossa*), qual seja, a ciência.⁷

Assumindo tal permissividade, Quine faz oposição, mais uma vez, aos velhos epistemólogos – como chama os epistemólogos tradicionais, dedicados à fundamentação da ciência –, os quais temiam incorrer em circularidade e, por isso, não se permitiam recorrer ao conhecimento científico, cuja fundamentação estavam tentando efetuar – daí, talvez, sua tentativa de atribuir uma posição privilegiada à filosofia, que seria anterior à ciência. Quine, porém, considera desnecessária essa cautela. Como ele (1973, p. 2) observa, tanto o epistemólogo tradicional quanto o próprio cético que aquele pretendeu responder pressupõem o conhecimento que constitui seu objeto de estudo, embora possam não admitir isso.

Em “The Roots of Reference”, Quine cita Berkeley como um exemplo de pressuposição de conhecimento científico. Este último autor concebe aquilo que se recebe através dos sentidos – mais especificamente, através da visão –, os chamados “dados dos sentidos”, como elementos bidimensionais. A dimensão da profundidade, para Berkeley, seria resultado de uma construção inferencial a partir desses dados. Para Quine, contudo, o fato de Berkeley conceber os dados dos sentidos como bidimensionais decorre, embora ele não assuma, de um conhecimento prévio que lhe foi fornecido pela própria ciência: o conhecimento do “fato físico de que a superfície do olho é bidimensional”. (QUINE, 1973, p. 2, *tradução nossa*)

Conforme Quine (1973, pp. 2-3), a mesma espécie de pressuposição teria embasado também muitas dúvidas céticas levantadas ao longo da história da filosofia. Um exemplo disso, fornecido pelo autor, é o procedimento de muitos céticos de apontar a existência de ilusões com relação ao que é fornecido pelos sentidos com o fito de mostrar que os sentidos podem falhar, não havendo, dessa forma, certeza de que o que eles fornecem ao sujeito se dá de fato. Tal procedimento estaria, para Quine (1973, p. 3), baseado em um conhecimento científico prévio porque o “conceito de ilusão em si repousa sobre a ciência natural” e isso ocorre da seguinte maneira: ser uma “ilusão consiste simplesmente no desvio da realidade científica externa.”

Sendo assim, embora não o assumam, tanto o epistemólogo tradicional dedicado à tarefa de fundamentação da ciência quanto o cético pressupõem o conhecimento que constitui seu objeto de estudo, seja para fundamentar ou para colocá-lo em questão. Este fato, contudo, não constitui nenhuma surpresa para Quine, que, como antes mencionado, sustenta a impossibilidade do assim chamado “exílio cósmico”.

Além dessa liberdade para recorrer aos conhecimentos científicos, a filosofia deveria também, de acordo com o naturalismo quineano, seguir os métodos de investigação utilizados nas ciências naturais. Conforme Quine,

Nossa dissociação dos velhos epistemólogos tem trazido tanto liberdade quanto responsabilidade. Nós ganhamos acesso aos recursos da ciência natural e aceitamos as restrições metodológicas da ciência natural. (1973, p. 34, *tradução nossa*)

Pode-se perceber, do que foi exposto, que Quine não traça nenhuma distinção fundamental entre o conhecimento científico e o filosófico. A rigor, ele não traça qualquer distinção fundamental entre tipos de conhecimento: o conhecimento, em sua concepção, deve ser entendido como algo uno, portando tão somente diferenças em graus. Nesse sentido é sua rejeição da distinção entre conhecimento *a priori* e *a posteriori*⁸, como também da distinção entre conhecimento científico e ordinário.

No que atine a esta última distinção, Quine a rechaça por pensar haver uma continuidade entre conhecimento científico e ordinário, visto que possuem as mesmas preocupações e modelos de evidência. (HYLTON, 2007, p. 8) Não obstante, a ciência seria, como dito anteriormente, “a mais bem sucedida tentativa de conhecimento” (HYLTON, 2007, p. 8) e é precisamente por isso, e não por uma suposta distinção fundamental entre ela e o conhecimento ordinário, que a filosofia deve seguir seus modelos e ter o conhecimento científico como ponto de partida.

Já a rejeição de Quine à distinção entre conhecimento *a priori* e *a posteriori*, por seu turno, está intimamente conectada com sua crítica à distinção entre frases analíticas e sintéticas. Em virtude disso, ela será tratada em pormenores mais adiante, na seção 2.1, quando se discorrerá sobre a crítica quineana à distinção analítico-sintético. Neste momento, cumpre tão somente frisar o quanto a rejeição da distinção *a priori* - *a posteriori* contribui para aproximar ainda mais conhecimento científico e filosófico. Tal se dá porque, além de negar, em virtude de seu naturalismo, um ponto de vista privilegiado ao filósofo, Quine nega, também, que aquilo que é estabelecido pelo filósofo seja um conhecimento *a priori*, tendo em vista que nega a distinção *a priori* - *a posteriori*. Sendo assim, o conhecimento filosófico, na concepção quineana, vem a ter o mesmo *status* epistêmico do conhecimento científico.

Ao assim entender, o autor acaba por se contrapor à concepção de Carnap a respeito da atividade filosófica. Carnap distingue entre atividades de primeira ordem, que seriam desenvolvidas pelo cientista no bojo de suas teorias e resultariam, em geral, em um conhecimento *a posteriori*, e as atividades de segunda ordem, que seriam realizadas pelo filósofo, o qual organiza, sistematiza, etc., as teorias científicas, e resultariam em um conhecimento *a priori*. A filosofia,

então, por estabelecer um conhecimento *a priori*, cuja justificação se dá sem recurso à experiência, não forneceria conhecimento sobre o mundo na concepção carnapiana. Para Quine, no entanto, não haveria essa distinção entre atividades de primeira e de segunda ordem: toda atividade cognoscente, para ele, seria de primeira ordem e forneceria, se bem sucedida, conhecimento sobre o mundo, o que inclui a atividade filosófica. (HYLTON, 2007, p. 6)

Esta divergência entre Carnap e Quine a respeito da atividade filosófica e do *status* epistêmico do que é por ela estabelecido está relacionada a uma outra celeuma entre eles acerca da distinção entre questões internas e externas, a qual foi traçada por Carnap mas criticada por Quine. Essa distinção consiste numa dicotomia entre questões cuja resolução ocorre internamente a uma estrutura lingüística – *framework* – e, por isso, é guiada por critérios estabelecidos por essa estrutura – questões internas – e questões sobre a adoção ou não da própria estrutura lingüística, as quais não são solucionadas por critérios internos à mesma, mas sim por recurso a considerações pragmáticas – questões externas. Questões do primeiro tipo são consideradas por Carnap (1975) como teóricas, em virtude do apelo, para sua resolução, a critérios teóricos, internos à estrutura, ao passo que as questões do segundo tipo são consideradas por ele como questões práticas, em razão de sua solução não ser guiada por tais critérios.

Para Carnap, a resposta a uma questão interna será, em geral, um conhecimento *a posteriori*, podendo ser revisado quando os fatos falarem contra ele. Já a resposta a uma questão externa, por outro lado, será um conhecimento *a priori*, não sendo revisável uma vez que se assuma a estrutura lingüística em que está inserido. Vale ressaltar, porém, que Carnap sustenta uma noção de *a priori* distinta da mantida por outros autores que o antecederam: na versão carnapiana, um conhecimento *a priori* é irrevisável tão somente em relação à estrutura lingüística em que está inserido. Por conseguinte, há a possibilidade de revisar um conhecimento *a priori*, mas isso implicará uma mudança de estrutura lingüística.

Neste momento, está-se em melhores condições de compreender a afirmação de que, para Carnap, a atividade filosófica resulta em conhecimento *a priori*. Essa atividade, que ele caracteriza como de segunda ordem, visaria responder a questões externas, cujas respostas constituiriam um conhecimento *a priori* e irrevisável no sentido antes aludido. Quine, no entanto, rejeita a distinção carnapiana entre questões internas e externas e, dessa forma, nega, como já dito anteriormente, que a atividade filosófica seja de segunda ordem e estabeleça conhecimento *a priori*. Dita postura decorre, por seu turno, de sua crítica a duas distinções aceitas por Carnap: entre frases analíticas e sintéticas e entre conhecimento *a priori* e *a posteriori*,

Do que foi dito até o momento, pode ser afirmado, em suma, que, para Quine, a filosofia estaria no mesmo patamar que as ciências, já que o filósofo não goza de uma posição privilegiada, neutra teoricamente, partindo sempre, em sua investigação, já de um esquema conceitual prévio a ela. Ademais, o que o filósofo estabelece teria o mesmo *status* epistêmico do conhecimento científico, uma vez que o autor nega que haja conhecimento *a priori* – ao rejeitar a própria distinção entre *a priori* e *a posteriori*. Ante a isso e pelo fato de a ciência ser a mais bem sucedida tentativa de conhecimento, a filosofia deveria perseguir os modelos de investigação vigentes na ciência, bem como ter o conhecimento científico como ponto de partida.

Projetos filosóficos de Quine

Diante desse *status* que Quine atribui à filosofia, impõe-se indagar quais foram, então, os seus propósitos enquanto um filósofo. Como anteriormente mencionado, as preocupações filosóficas de Quine estão centradas no conhecimento humano sobre o mundo e nas características mais gerais desse mundo que os seres humanos tentam conhecer. A partir dessas preocupações, podem ser traçados dois projetos presentes em sua filosofia, um epistemológico e o outro metafísico. Porém, antes de se adentrar na explicitação desses projetos propriamente ditos, convém ter presente o ponto de partida do autor para os mesmos, qual seja, a própria situação humana no mundo⁹. Nas palavras do autor:

Eu sou um objeto físico situado em um mundo físico. Raios de luz atingem minhas retinas; moléculas bombardeiam meus tímpanos e pontas dos dedos. Eu revido, emanando ondas concêntricas. Essas ondas tomam a forma de uma torrente de discursos sobre mesas, pessoas, moléculas, raios de luz, retinas, números primos, classes infinitas, alegria a tristeza, bem e mal. (QUINE, 1976, p. 228, *tradução nossa*)

Com base na passagem citada, parece ser possível afirmar que Quine assume certos conhecimentos provenientes das ciências naturais acerca do mundo físico e de como o ser humano, também integrante dele, é afetado pelas forças que incidem sobre sua superfície sensorial. Essa seria a maneira pela qual, de acordo com as ciências naturais, o homem obteria conhecimento sobre o mundo, o qual seria expresso através da linguagem, ou seja, das ondas concêntricas emanadas que pretendem ser sobre mesas, pessoas, moléculas, etc. Por força de seu naturalismo, Quine assume esse conhecimento científico e o incorpora em sua filosofia como um ponto de partida para a formulação dos problemas sobre os quais se debruçará.¹⁰ O resultando disso é a visão empirista que o autor sustenta. Para ilustrar este ponto, vale citar uma passagem de

Pursuit of Truth (1990b) em que ele, ao discorrer sobre a normatividade na epistemologia naturalizada, afirma o seguinte:

A mais notável norma da epistemologia naturalizada coincide com a da epistemologia tradicional. É simplesmente o lema do empirismo: *'nihil in mente quod non prius in sensu.'* Esta é a principal amostra da epistemologia naturalizada, porque é uma descoberta da própria ciência natural, embora falível, que nossa informação sobre o mundo vem apenas através dos impactos de nossos receptores sensoriais. (QUINE, 1990b, p. 19, *tradução nossa*)

Partindo dessa descoberta da ciência, Quine (1973, p. 1) formula aquele que seria o questionamento central da epistemologia: “Dada apenas a evidência dos nossos sentidos, como nós chegamos a nossa teoria do mundo?” Ou, em outra formulação:

A partir dos impactos de nossas superfícies sensoriais, nós em nossa coletiva e cumulativa criatividade ao longo das gerações temos projetado nossa teoria sistemática do mundo externo. [...] Como fizemos isso? (QUINE, 1990b, p. 1)

O ponto problemático dessa transição das estimulações que os seres humanos recebem (*input*) para a teoria sobre o mundo que elaboram como resultado (*output*) reside no fato de esta ultrapassar enormemente a evidência sensorial, na medida em que fala de uma variedade de coisas, incluindo algumas que não estariam aptas a causar estimulações sensoriais nos seres humanos – como os números primos, por exemplo. Parece, à primeira vista ao menos, haver, então, um abismo entre *output* e *input*. Em razão disso, Quine considera como um problema central para a epistemologia explicar a relação entre eles, isto é, a relação entre teoria e a evidência que lhe dá suporte – que ele chama de “relação evidencial”. (QUINE, 1973, p. 4) Fornecer tal explicação constitui, precisamente, o projeto epistemológico de Quine.¹¹

A fim de estudar a relação evidencial, Quine propõe que se estude a linguagem na qual o conhecimento sobre o mundo é expresso. Ao assim propor, rejeita abordagens mentalistas a esse respeito, que falam do conhecimento em termos de idéias e proposições.¹² Com efeito, Quine (1981, p. 67) toma como um dos marcos do empirismo, uma das mudanças que contribuíram para sua melhora, justamente, ter-se deixado de falar de ideias para falar-se de palavras. A razão que o autor aponta, em “The roots of reference”, para essa atitude de voltar-se para a linguagem consiste no fato de que “nós podemos estudar palavras mais responsabilmente que ideias.” (QUINE, 1973, p. 37, *tradução nossa*) Esse é o caso porque, diferentemente das ideias, as palavras podem ser vistas e ouvidas, ou seja, podem ser acessadas de modo intersubjetivo, satisfazendo, assim, as restrições metodológicas das ciências naturais. (QUINE, 1973, pp. 34-35) É importante notar que Quine adota uma estratégia nominalista

no que diz respeito à linguagem, rejeitando o que ele chama de “uma velha e teimosa tendência de tipo oposto: apelar para as ideias quando teorizando sobre palavras.” (QUINE, 1973, p. 35, *tradução nossa*)

Dessa maneira, tendo que se voltar para a linguagem durante sua investigação a respeito do conhecimento, cumpre ao epistemólogo investigar as relações entre a linguagem mais teórica e a linguagem mais observacional que integram a teoria do mundo elaborada pelos homens. A linguagem mais observacional seria aquela, *grosso modo*, mais diretamente conectada com as estimulações sensoriais (*input*), enquanto a linguagem mais teórica seria aquela ligada às estimulações de forma mais indireta. Ademais, impõe-se ao epistemólogo, ao que parece, estudar também as relações entre a parte mais observacional da linguagem e as estimulações sensoriais a que estão conectadas.

Um ponto muito importante a ser ressaltado é a proposta de uma abordagem genética para a investigação¹³: o estudo do processo de aquisição da linguagem na qual a teoria, o conhecimento humano sobre o mundo é expresso. Tal abordagem parece ser justificada pelo fato de permitir que se compreenda como as relações evidenciais são inculcadas pela sociedade em um falante que está aprendendo a linguagem. Isso porque, segundo Quine, os falantes aprenderiam a linguagem mediante o treinamento sobre como usá-la em situações estimulativas apropriadas e sobre como responder apropriadamente a outros falantes em cada situação. (HYLTON, 2007, p. 56) Referido treinamento, então, acabaria por instaurar certas correlações entre linguagem e estimulações sensoriais – sob as quais o uso de determinada frase é adequado. Após o treinamento, o falante estará em condições de saber em quais situações estimulativas o uso das frases da linguagem é correto e isso permitirá que use essa linguagem adequadamente e que possa auxiliar no treinamento lingüístico de outros falantes que estão ainda em fase de aprendizado.

Essas estimulações sensoriais que são correlacionadas com as frases da linguagem e que são aprendidas mediante treinamento são vistas por Quine, ao que parece, como a evidência ou indício empírico para tais frases – e, em última instância, para a teoria como um todo que é expressa através da linguagem em questão. (HYLTON, 2007, p. 27) Desse modo, o estudo do processo de aquisição da linguagem, no bojo do qual essas correlações são aprendidas pelo falante, vem a ser também um estudo das relações evidenciais. Isso ocorre porque, de acordo com Quine (1973, p. 35, *tradução nossa*):

[...] a relação entre uma teoria científica e as observações que a suportam [...] tem, além de seu aspecto epistemológico, um aspecto semântico. Além de ser a relação através da qual as frases afirmadas na teoria ganham seu suporte, é a relação através

da qual elas ganham seu significado.¹⁴

Vale frisar, neste ponto, que a opção por uma abordagem genética vai ao encontro do naturalismo sustentado por Quine. Para ele (1973, p. 37, *tradução nossa*), “o processo de aprendizado é uma questão de fato, acessível à ciência empírica” e a epistemologia acaba por ser um ramo dessa ciência, mais especificamente, um ramo da psicologia empírica¹⁵. Assim sendo, a tarefa do epistemólogo, para Quine (1975, p. 170), consistiria em descrever o processo de aquisição da linguagem na qual a teoria humana sobre o mundo é expressa, de modo a esclarecer as relações evidenciais e de aferir o quanto essa teoria excede a evidência de que se dispõe.

Além desse projeto epistemológico, Quine possuiria, conforme a interpretação de Peter Hylton, um segundo projeto, de cunho metafísico, intimamente conectado, mas irreduzível ao primeiro: investigar quais as características mais gerais do mundo. O procedimento pelo qual conclusões a esse respeito poderiam ser obtidas seria, segundo o autor, o de reformulação da teoria humana sobre o mundo, de forma a sistematizar, clarificar e simplificar a mesma. Como Hylton (2007, p. 28, *tradução nossa*) observa, “nossa teoria enquanto assim clarificada conta-nos no que é que nós estamos realmente obrigados a crer, e portanto como o mundo realmente é – pelo menos até onde o conhecemos até o momento.” Em especial, tais reformulações seriam capazes de estabelecer mais claramente os compromissos ontológicos de quem sustenta a teoria, isto é, quais as entidades que existem de acordo com ela.

Essas reformulações acabam por consistir numa preparação da linguagem a fim de que ela possa ser expressa na linguagem da lógica – especificamente, na linguagem da lógica de primeira ordem mais identidade. (HYLTON, 2007, pp. 28-29) Após reformulada, a teoria deveria implicar logicamente as frases que carregam a evidência que lhe dá suporte. Mas, para tanto, seria necessário que a teoria pudesse ser expressa em notação lógica, o que acaba por requerer que sejam realizadas certas operações preparatórias para adequar as frases da teoria à linguagem lógica.

Na visão de Quine, a realização dessas reformulações, se bem sucedida, seria capaz de fornecer uma contribuição para o conhecimento das características mais gerais do mundo do qual os seres humanos fazem parte. Esta colocação vai ao encontro do que foi dito anteriormente sobre a visão do autor, divergente da visão carnapiana, no que tange ao conhecimento resultante da filosófica: a atividade filosófica, foi dito, fornece conhecimento sobre o mundo conforme a concepção quineana. Neste momento, pode ser tornado mais preciso este ponto dizendo-se que um filósofo, uma vez que tenha realizado a melhor reformulação da teoria humana sobre o mundo, torna claros os compromissos ontológicos da mesma e, dessa maneira, fornece um conhecimento sobre quais

entidades existem, sobre como o mundo é em seus traços mais gerais.

Por meio desses dois projetos, como já mencionado acima, Quine teria a pretensão, conforme a interpretação de Hylton (2007, p. 4), de “articular e defender uma visão naturalista completa do mundo”. Através de seu projeto epistemológico, seriam investigadas as relações entre a teoria humana sobre o mundo e seu suporte evidencial, sendo possível aferir, por essa via, o quanto aquela excede este último e, por conseguinte, até que ponto essa teoria é fruto da criação livre do homem. Em reformulando essa teoria, no âmbito do projeto metafísico quineano, poder-se-ia lançar luz sobre quais as características mais gerais do mundo e, ao fazer isso, ampliar ainda mais o conhecimento humano sobre o mundo.

Considerações finais

No presente trabalho, foi feita uma reconstrução da maneira como Quine concebe a tarefa e o *status* da filosofia, a qual está intimamente relacionada com sua adoção de uma postura metodológica naturalista. Essa concepção acaba por se refletir claramente nos projetos filosóficos a que o próprio autor se dedica. Como pode ser percebido a partir do exposto, tanto a formulação quanto a tentativa de solução de tais problemas por parte de Quine pressupõem a adoção do naturalismo como posição metodológica e, por conseguinte, sua peculiar visão sobre a tarefa e o *status* da filosofia.

Referências bibliográficas

CARNAP, R.. *Empirismo, semântica, e ontologia*. In: *Os pensadores*, Vol. Schlick/Carnap. São Paulo, Victor Civita, 1975, Vol. 44. pp. 113-28.

HYLTON, P. *Quine*. Routledge, New York, 2007.

QUINE, W. V. O. *Word and Object*. Cambridge, Mass: Technology Press of the Massachusetts Institute of Technology, 1960.

_____. *The roots of reference*. La Salle, Ill: Open Court, 1973.

_____. *Epistemologia Naturalizada*. In: LOPARIÉ, A. (Trad.) Col. *Os Pensadores: Ryle/Austin/Quine/Strawson*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (pp. 163-175).

_____. *Theories and things*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

_____. *The pursuit of truth*. Cambridge MA: Harvard University Press, 1990b.

_____. *Palavra e objeto*. Trad. STEIN, S. A. e MURCHO, D. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

¹ Como afirma Peter Hylton (2007, p. 4), Quine tem sido amplamente visto como um filósofo negativo, dedicando-se primariamente a trabalhos em que procede críticas a concepções de outros filósofos. De acordo com Hylton, porém, o objetivo precípua de Quine seria construtivo e estaria consubstanciado em seus projetos epistemológico e metafísico. Os momentos em que Quine dirige críticas a outros filósofos teriam como finalidade principal defender suas concepções contra seus opositores.

² Como Quine observa, o projeto acabou sendo, a rigor, uma tentativa de redução da matemática não apenas à lógica, mas à lógica e teoria dos conjuntos. (1969, p. 163)

³ Acerca disso, Quine (1975, pp. 165-166) diz: “A generalização mais modesta acerca de traços observáveis cobrirá casos em maior número do que aqueles que poderão vir a ser observados efetivamente por quem a profere.”

⁴ A aceitação e adoção da definição contextual estão ligadas ao reconhecimento de que é no contexto de uma frase que os termos adquirem significado, não fazendo sentido, portanto, buscar por uma definição do mesmo fora desse contexto. Nesse sentido, na definição contextual o termo é definido nos contextos em que pode estar inserido, e não tomado isoladamente. A maneira como isso é feito consiste em indicar de que modo podem ser traduzidas as frases completas em que o termo que está sendo definido pode ser utilizado. Aquele que aceita a definição contextual, então, não precisa “especificar um objeto para o termo referir, nem especificar uma palavra ou frase sinônima.” (QUINE, 1975, p. 164) Sendo assim, torna-se dispensável, conforme Quine (1975, p. 165), o procedimento realizado por Hume e Johnson, os quais, na tentativa de definir o termo “corpo”, identificaram corpos com impressões sensoriais. Ao invés disso, eles poderiam ter recorrido, de acordo com Quine, à definição contextual de “corpo”, mostrando como traduzir as frases em que esse termo pode ocorrer em frase sobre impressões sensoriais. (QUINE, 1975, p. 165)

⁵ Segundo Quine, o epistemólogo que se dedica à fundamentação do conhecimento natural e que recorre aos conceitos da Teoria dos Conjuntos terá a vantagem de poder falar, não apenas de impressões sensíveis, mas também de classes de impressões sensíveis e de classes de classes de impressões sensíveis. Tal recurso, conforme Quine, fará com que esse epistemólogo avance consideravelmente em seus estudos conceituais. (QUINE, 1975, p. 165)

⁶ Para Quine, há exceções a essa impossibilidade, estando, dentre elas, as frases que ele chama “frases de observação”. Um exemplo de frase de observação seria “Isto é vermelho”.

⁷ Em “Word and Object”, Quine afirma: “Já que nenhuma investigação é possível sem algum esquema conceitual, podemos manter e usar o melhor que conhecemos – até o último detalhe da mecânica quântica, se nós o soubermos e ele for relevante.” (QUINE, 2010, p.25)

⁸ A distinção entre conhecimento *a priori* e *a posteriori* consiste na distinção entre, respectivamente, um conhecimento que seria justificado sem recurso à experiência e outro que seria justificado com recurso a ela.

⁹ Conforme Hylton, essa seria “a imagem básica que Quine sempre pressupõe”. (2007, p. 10)

¹⁰ Nesse sentido, Quine (1981, p. 24, *tradução nossa*) afirma em seu artigo “Empirical Content”: “Como antes, minha posição é naturalista. [...] Eu aceito nossa teoria física prevalecente e com ela a fisiologia de meus receptores, e então passo a especular sobre como esta estrada [*input*] sensorial suporta a própria teoria física que eu estou aceitando.”

¹¹ De acordo com Quine, embora numa perspectiva naturalizada, sua epistemologia possui a mesma preocupação central da epistemologia tradicional. Em suas palavras: “[...] não é uma mudança gratuita de tema, mas antes uma persistência esclarecida no problema epistemológico original.” (QUINE, 1973, p. 3, *tradução nossa*)

¹² Conforme Hylton (2007, p. 27), Quine pretende dar uma explicação naturalista do conhecimento, dispensando a assunção de noções como significado e compreensão.

¹³ Como Hylton (2007, PP. 27-28) destaca, Quine também aborda questões concernentes à relação evidencial de forma independente do projeto genético, tomando a ciência como um produto acabado. Não obstante, esta abordagem, segundo Hylton, seria muito menos importante no pensamento maduro de Quine do que a abordagem genética.

¹⁴ Quine procede a uma identificação entre significado e evidência, por isso a relação entre uma teoria científica e as observações que a suportam possui esses dois aspectos. Este tema, no entanto, será tratado mais adiante.

¹⁵ Em “Epistemologia Naturalizada”, Quine (1975, p. 170) afirma, referindo-se à epistemologia naturalizada: “[a] epistemologia, ou algo que a ela se assemelhe, encontra seu lugar simplesmente como um capítulo da psicologia e, portanto, da ciência natural.”